

APRESENTAÇÃO

A *Revista Idéias* chega ao quarto número da nova série com um formato consolidado: a revista apresenta um dossiê temático, com artigos e ensaios escritos por professores com uma produção teórica relevante na área escolhida, e uma Seção Livre, com chamada aberta à participação de pesquisadores com trabalhos inéditos – que podem ser artigos, ensaios ou resenhas. Todos os artigos da Seção Livre são selecionados após a análise de pareceristas externos. Além do dossiê temático e dessa seção, a *Revista Idéias* conta também com entrevistas de personalidades de destaque no meio acadêmico.

O tema escolhido para este número, *Debate público e filosofia no Brasil*, vem consolidar a presença de temas oriundos da filosofia na *Revista Idéias*. Essa era uma demanda sentida pelos membros da comissão editorial da *Revista* (que, afinal, é uma publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) e, com isso, acreditamos contribuir para o fortalecimento do diálogo entre a filosofia e as demais disciplinas das ciências humanas. Disciplinas como ciência política, direito, sociologia, ciências médicas, psicanálise, entre outras, são mobilizadas nas contribuições presentes neste volume, sem que com isso se perca a especificidade da abordagem propriamente filosófica.

É importante frisar que a opção por um dossiê que tem como tema a filosofia *no debate público brasileiro* visa apresentar um conjunto heterogêneo de textos, os quais tratam, cada um à sua maneira, de assuntos relevantes tanto para a comunidade acadêmica (não só filosófica) brasileira como para o público em geral. Ao mesmo tempo, os textos reunidos neste volume são capazes de indicar como a filosofia é chamada a intervir nesses debates – tais textos são uma amostra de como se pode fazê-lo.

No ensaio que abre o dossiê, de autoria de Nythamar de Oliveira, são discutidos alguns paradigmas teóricos na filosofia política contemporânea, notadamente as teorias de John Rawls, Jürgen Habermas e Amartya Sen. São mobilizados, nesse contexto, conceitos centrais na filosofia política como os de igualdade,

liberdade, equidade, democracia, justiça e autonomia. Mais do que apresentar as ideias desses autores de grande relevo na atualidade, conectando-as com debate filosófico mais amplo, o ensaio “Debate público e filosofia no Brasil” oferece também uma reflexão sobre o papel dessas teorias – e dos filósofos que delas se ocupam – na realidade política brasileira e, mais especificamente, no contexto da formação e consolidação das instituições democráticas em nosso país. Para tanto, o autor mescla de maneira peculiar contribuições de filósofos pertencentes às mais diversas posições do espectro político e ideológico.

Também preocupado com a salvaguarda do regime republicano no Brasil, Newton Bignotto analisa, no artigo “Republicanismo, Constituição e percepção da justiça no Brasil”, a relação entre opinião pública e leis do estado democrático de direito, a fim de descortinar uma das formas de ameaça às instituições democráticas brasileiras: o questionamento a certas inovações no campo do direito, que aparecem como contrárias à vontade da maioria. A partir do caso particular da legislação envolvendo a infância e a adolescência, Newton Bignotto discute as diferentes concepções de liberdade envolvidas nas posições a favor ou contra o tratamento diferenciado de crianças e adolescentes em face do direito penal (sendo que a segunda posição vem notoriamente ganhando destaque na opinião pública brasileira). Desse modo, o autor mostra como esse caso particular – de pessoas que vivem às margens da sociedade e do direito – na verdade nos remete aos próprios fundamentos que estão na origem do nosso corpo político, já que envolvem uma concepção específica de liberdade, e à nossa ideia de como deve ser nossa vida em comum.

Ainda no campo da filosofia política, o terceiro artigo do dossiê trata da fundamentação filosófica do conceito de direitos humanos. Essa análise é feita por Edson Teles, em “Direitos humanos, governança e democracia”, levando em consideração o aspecto contraditório da história desse conceito, já que o século passado foi, ao mesmo tempo, aquele em que se observou o maior avanço em termos jurídicos e institucionais da ideia de direitos humanos, mas também aquele em que a sua violação por parte dos

estados ocorreu de forma quase sistemática. Dialogando com autores como Michel Foucault, Giorgio Agamben e Hannah Arendt, o autor sublinha que o caráter contraditório que marca a história dos direitos humanos não é eliminado com a passagem de sociedades governadas de forma totalitária para um regime democrático. Quando se atenta para a concepção (abstrata) de homem presente no conceito de direitos humanos e para o fato de que o discurso ligado a tal conceito pode ser mobilizado tanto pelas vítimas de opressão quanto por seus perpetradores, fica claro que uma democracia de consenso fundamentada numa tal ideia de direitos humanos tende a manter as estruturas de violação de direitos em lugar de propiciar uma verdadeira ruptura com relação a elas.

A interpretação filosófica da cultura e da estética constitui o quarto tema abordado no dossiê. Em “A estética e a discussão sobre indústria cultural no Brasil”, Rodrigo Duarte apresenta uma caracterização das transformações sofridas pela filosofia da arte ou estética desde a *Crítica da faculdade do juízo*, de Immanuel Kant – obra central para a ideia da arte como autônoma –, até a crítica radical realizada por Max Horkheimer e Theodor Adorno, na *Dialética do Esclarecimento*, à indústria cultural como dominação da produção artística por uma lógica mercantil e massificadora. A partir dessa caracterização da trajetória da estética filosófica no contexto europeu, o autor analisa o movimento correspondente em solo brasileiro, destacando tanto a própria difusão dos meios de comunicação de massa no Brasil quanto o estabelecimento e a diversificação da produção acadêmica crítica sobre o tema, e chega à conclusão de que a compreensão crítica dos fenômenos de cultura de massa se deu no Brasil concomitantemente à consolidação da recepção da teoria crítica da sociedade (tal como concebida por Horkheimer e Adorno) em nosso país.

A especificidade do cenário filosófico brasileiro é também objeto das análises de Darlei Dall’Agnol no quinto artigo do dossiê – mas o foco recai aqui sobre as questões ligadas ao tema da bioética. Em “Filosofia e bioética no debate público brasileiro”, o autor parte de uma reconstrução do trajeto do conceito de bioética, levando

em consideração o papel dos filósofos nos debates públicos sobre o tema – seja na consolidação da própria ideia de bioética, especialmente nos EUA, seja no estabelecimento da bioética enquanto objeto de estudo da filosofia acadêmica, no Brasil. O papel do filósofo (sempre em diálogo com outros cientistas) é caracterizado como decisivo para os debates em torno da bioética, sendo as principais tarefas da filosofia nesse contexto a definição ou clarificação de conceitos, a análise de argumentos e a formação normativa de princípios que permitam a criação de estratégias metodológicas e fundamentos para a tomada de decisões – sem esquecer a dimensão crítica que permeia tais discussões. Ao final, o autor enumera diversas questões bioéticas que são prementes no contexto brasileiro (como aquelas relativas ao novo Código Florestal e à ética ambiental, ao novo Código Penal e à descriminalização do aborto, e até ao acesso à saúde por meio do SUS, entre muitas outras) e que demandam a participação ativa dos filósofos e de todos os envolvidos no debate público.

Em “Ontologia e metapsicologia: Considerações sobre o dualismo pulsional”, Oswaldo Giacóia Jr. procura, no campo da psicanálise, apresentar os caminhos seguidos por Freud para fundamentar de forma heurísticamente plausível a sua teoria ontologicamente dualista das pulsões – por exemplo, o recurso a analogias, que acabam por aproximar a psicanálise das ciências naturais. O pressuposto do artigo é que existe uma relação entre o projeto da metapsicologia e a metafísica, de modo que a teoria psicanalítica freudiana não se pode furtar a fundamentar – filosoficamente – a dimensão ontológica que está na sua base.

Em acordo com a linha temática seguida no dossiê, a entrevista publicada neste número da *Revista Idéias* traz uma conversa com Ricardo Terra, professor titular do Departamento de Filosofia da USP. Na entrevista são abordados desde temas ligados à trajetória da produção acadêmica brasileira sobre a obra de Kant, autor no qual Terra é reconhecido especialista, até considerações – a partir de sua ampla experiência como docente e pesquisador – sobre a própria implantação da filosofia no Brasil, as condições atuais de ensino de filosofia nas universidades brasileiras, o papel

do filósofo na esfera pública, entre outros assuntos de importância para o cenário filosófico brasileiro.

Entre os artigos livres publicados nesta edição da *Revista Idéias* a pluralidade temática é a marca. Por isso procuramos representar tão bem quanto possível as diversas disciplinas que compõem aquilo que se pode chamar de Ciências Humanas. São oito textos, que incluem desde investigações atuais de professores doutores até artigos que resultam de pesquisas de iniciação científica. Além disso, pela primeira vez em sua nova fase, a *Revista Idéias* publica em sua Seção Livre um artigo em espanhol, com o que se espera contribuir para o fortalecimento de discussões entre brasileiros e autores de outros países.

O primeiro texto da seção, “Epistemofilia, uso dos prazeres e cuidado de si: Pluralidade e tolerância na ética clássica”, de autoria de Francisco Fianco, apresenta uma análise sobre as obras nas quais Foucault oferece sua interpretação da história da sexualidade. Por meio desse trabalho, o autor pretende demonstrar como a filiação da ética moderna à tradição medieval pode ser reveladora dos mecanismos de dominação social que encontram um palco privilegiado na sexualidade. A ética moderna também é o objeto do segundo artigo da Seção Livre, de autoria de Hernán Gabriel Borisonik. Sob o título “Martín Lutero y las concepciones de derecho y violencia en la Modernidad”, o autor retoma a influência da Reforma protestante no pensamento moderno ocidental por meio dos escritos de seu mais conhecido propagador, o teólogo Martinho Lutero, tomando como principais concepções a serem estudadas o direito, a cidadania e a violência.

Os artigos seguintes são dedicados a estudos sobre as obras de autores específicos. Asher Grochowalski Brum Pereira trata em seu artigo “Ontologia e *práxis* social no pensamento de Anthony Giddens” da relação da obra de Anthony Giddens com o legado de Talcott Parsons, particularmente no que diz respeito a dois conceitos centrais da obra deste autor – ontologia e *práxis* social –, bem como às suas decorrências para a análise do poder social feita por Giddens. Já o artigo de Gabriela D’Ávila Schüttz lida com a obra do economista Amartya Sen, também a partir das duas concepções-

chave que aparecem no título do artigo: “Liberdades políticas e necessidades econômicas em Amartya Sen”. Esta articulação dos conceitos utilizados por Sen é o caminho por meio do qual a autora busca apresentar a teoria do desenvolvimento como liberdade.

Com o texto seguinte, a Seção Livre se volta para as análises da governança e da gestão urbana. Esses temas são abordados por meio da questão da sustentabilidade urbana no texto “Caminhos da sustentabilidade urbana: O desafio da construção da gestão dos riscos socioambientais urbanos”, de autoria coletiva de Corina Carril Ribeiro, Rafaela Antunes Fortunato e Claudia Cristina Machado. Nesse artigo, as autoras procuram demonstrar como o surgimento de debates ambientais influenciou a gestão urbana e as disputas ideológicas que se dão nesse âmbito.

O artigo de Marcos Roberto Mesquita, por sua vez, apresenta um estudo de caso de quatro processos no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, nos quais estagiários se valeram da Lei do Estágio para buscar direitos trabalhistas. No texto “Os estagiários e sua luta por direitos na Justiça do Trabalho: O caso do TRT da 2ª Região (São Paulo) nos anos 2000”, Mesquita tenta apresentar uma visão sobre a situação desse grupo de trabalhadores e de sua relação com as empresas contratantes a partir de seu estudo metodológico.

Ainda no mundo do trabalho, a Seção Livre apresenta o texto de Luciana Meire da Silva, no qual o tema é a história das elites agrárias brasileiras no primeiro quarto do século XX. Com o título de “Cidades mortas: A decadência da ‘civilização cafeeira’ no Vale do Paraíba segundo a elite agrária decadente”, o artigo de Silva pretende apresentar uma interpretação do conto “Cidades mortas”, de Monteiro Lobato, como uma denúncia da situação de declínio vivenciada pelos cafeicultores do Vale do Paraíba durante aqueles anos.

Por fim, e de volta à filosofia propriamente dita, o artigo de André Assi Barreto, “Mary Midgley e Richard Dawkins: Semelhanças e dessemelhanças” busca apresentar as ideias de dois pensadores contemporâneos sobre a moral e estabelecer uma

conexão entre eles, a fim de apontar caminhos para que se pense a moral nos dias atuais.

Com o dossiê e os artigos apresentados neste número, a *Revista Idéias* pretende oferecer a seus leitores a possibilidade de análises competentes e relevantes sobre diversos temas das ciências humanas, com o que se espera contribuir com os debates em curso no Brasil, sejam eles especificamente voltados para o público acadêmico, sejam temas que encontram eco mais amplo junto à opinião pública.

Adriano Márcio Januário
Eugênio Mattioli Gonçalves
Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Mariana Oliveira do Nascimento Teixeira
Raphael Eduardo Alves Concli

Editores do presente número da *Revista Idéias*